

# Posições gerais mudam

Os parlamentares ainda não descobriram que será muito mais eficiente fazer o lobby da obtenção de recursos orçamentários para suas regiões em cima de seus colegas das comissões técnicas do Congresso, do que propriamente sobre o Ministro da Fazenda. Como as comissões que possuem o poder de fiscalizar ou modificar as leis orçamentárias não se têm reunido, o fundamental será apressar de tal forma a Constituinte, para que logo possa sobrevir o período das leis ordinárias, assim passando os parlamentares a ter pleno direito de mudar a legislação do orçamento unificado do País. Quem faz o orçamento é o parlamentar, e não mais o Ministro, esse pobre homem desrido das prerrogativas de conceder.

É um ponto de mudança qualitativa nas relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, mas ainda pouco percebido pelos parlamentares, que continuam a ir em grupos aos gabinetes ministeriais pedir recursos para suas regiões, quando eles próprios detêm a chave do cofre.

As mudanças são lentas e vão demorar a serem percebidas. Ontem, por exemplo, a reunião ministerial deu ao Governo uma nova unidade administrativa, que havia perdido desde a saída do Sr. João Sayad, da Seplan, a partir de quando o Presidente da República passou a ser escravo de uma visão única do titular da política econômica. Desde Sayad, o presidente Sarney não dispunha de um "advogado do diabo", junto a si, para lhe dar alternativas em matéria de

política econômica, e apontar os erros das formulações governamentais. Agora, volta-se a ter dois Ministros para a área econômica, parelhos e de passo acertado, de acordo com a velha fórmula.

Um País da complexidade do Brasil não pode ter sua economia dirigida por uma só cabeça, por mais iluminada que seja. A "dobradinha" Maílson da Nóbrega — João Batista de Abreu retomou o equilíbrio na área econômica, pois agora o Ministro da Fazenda conduz a administração das contas públicas da União, enquanto o do Planejamento fiscaliza a execução do orçamento unificado, e pensa a economia do futuro.

A Seplan perdeu o poder de ser a caixa-forte da área social, mas ganhou a condição de caixa-forte das idéias econômicas, sociais e administrativas do País. Vai remontar o Ipea, para não passar pela vergonha de remontar a Seac. A pressa de fazer do ministro Abreu também pede de volta a Fiesp, para exercer controle intensificado sobre as estatais.

Portanto, muita coisa mudou, e não se percebe ainda esse fato. Agora, os empresários terão que produzir e não fazer política; os parlamentares terão de absorver as tarefas legislativas, e não chorar por verbas nos ombros do Ministro da Fazenda; e o Titular da Fazenda terá que usar a caneta para liberar somente aquilo que o orçamento unificado lhe permite, e não aumentar o déficit público. Essa clara mudança de posições ainda mostra sindicalistas com mais gosto pelo equilíbrio que a Fiesp.